

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência por 30 dias.

**CARMEN EMÍLIA BONFÁ ZANOTTO**  
**Secretária de Estado da Saúde**

Cod. Mat.: 884936

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE: APLICAÇÃO DE SANÇÃO DE ADVERTÊNCIA

Processo SES nº 62314/2022

Entidade: Associação Hospitalar Beneficente de Pinhalzinho - Hospital de Pinhalzinho

Cnpj nº: 83.297.739/0001-34

Referência: Descumprimento do contrato nº 045/2022 – Edital nº 2376/2019

Decisão: RESOLVE aplicar à empresa descrita acima a sanção de ADVERTÊNCIA pelo descumprimento do contrato n. 045/2022, por não disponibilizar a totalidade das ações e serviços de saúde contratualizados para a regulação da gestora, e considerando que se trata da primeira sanção do ano de 2023

Florianópolis, 17 de janeiro de 2023

Carmen Emília Bonfá Zanotto

Secretária de Estado da Saúde

Cod. Mat.: 884642

Colegiado Superior de Segurança Pública e Perícia Oficial

Polícia Militar

PORTARIA Nº 14/PMSC/2023.

Delegação e Subdelegação de competências às autoridades policiais militares estaduais na área de atribuições administrativas.

O COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, fundamentado no art. 10 do R-200, aprovado pelo Decreto federal nº 88.777 de 30 de setembro de 1983, no art. 5º da Lei estadual nº 6.217 de 10 de fevereiro de 1983, no art. 5º do regulamento da Lei de Organização Básica da PMSC, aprovado pelo Decreto estadual nº 1.601, de 03 de dezembro de 2021, na Lei estadual nº 6.218, de 10 de fevereiro de 1983, Estatuto dos Policiais Militares do Estado de Santa Catarina, no parágrafo único do art. 45-B da Lei complementar nº 741, de 12 de junho de 2019, nos art. 4º e parágrafo do art.10 ambos do Decreto estadual nº 1.860, de 2022 e no Decreto nº 1, de 3 de janeiro de 2023,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam subdelegadas as competências ao Subcomandante-Geral, aos Diretores e aos Comandantes Regionais ou equivalentes, Comandantes de Batalhões ou equivalentes, relativamente aos efetivos orgânicos que lhe são subordinados, para proferir despachos finais nos processos relativos à:

I – prorrogação de tempo de serviço das praças (engajamento e reengajamento para fins de estabilidade, nos termos do art. 149 da Lei estadual nº 6.218/83 (alínea “b” do inciso IV do art. 10 do Decreto estadual nº 1.860/2022);

II – concessão de licença especial, nos termos do art. 69 da Lei nº 6.218/83 (alínea “c” do inciso III do art. 10 do Decreto estadual nº 1.860/2022);

III – licença para repouso à gestante e licença à paternidade, nos termos dos arts. 1º e 2º, respectivamente da Lei complementar estadual nº 475/09 (itens 1 e 2 da alínea “d” do inciso V do art. 4º do Decreto estadual nº 1.860/2022);

IV – licença para tratamento de saúde própria e licença para tratamento de saúde de pessoa da família, conforme arts. 68 e 73 da Lei estadual nº 6.218/83 (alíneas “a” e “b” do inciso III do art. 10 do Decreto estadual nº 1.860/2022);

V - exclusão do serviço ativo das praças sem estabilidade, por motivo de licenciamento, por motivo de falecimento, deserção ou extravio, nos termos dos artigos 100, incisos V, VII, VIII e IX, c/c os artigos 124, 130, 131 e 132, todos da Lei estadual nº 6.218, de 10 de fevereiro de 1983 – Estatuto dos Policiais Militares de Santa Catarina, ressalvada a competência exclusiva do Governador do Estado prevista no §1º do art. 42 da CF/88 (inciso VII do art. 10 do Decreto estadual nº 1.860/2022);

VI – concessão de férias, conforme art. 65 da Lei nº 6.218/83 (alínea “a” do inciso V do art. 4º do Decreto estadual nº 1.860/2022).

Art. 2º Ficam subdelegadas as competências ao Subcomandante-Geral para proferir despachos finais nos processos, envolvendo policiais militares, relativo à:

I – diárias (alínea “b” do inciso V do art. 4º do Decreto estadual nº 1.860/2022); e

II – concessão de férias (art. 65 da Lei nº 6.218/83 c/c alínea “a” do inciso V do art. 4º do Decreto estadual nº 1.860/2022).

Art. 3º Ficam subdelegadas as competências ao Diretor de Pessoal para proferir despachos finais nos processos, envolvendo policiais militares, relativo à:

I – licença para tratar de interesses particulares (nos termos do art. 70 da Lei nº 6.218/83 c/c alínea “d” do inciso III do art. 10 do Decreto estadual nº 1.860/2022);

II – concessão de férias, nos termos do art. 65 da Lei estadual nº 6.218/83 (alínea “a” do inciso V do art. 4º do Decreto estadual nº 1.860/2022);

III – concessão de licença especial, nos termos do art. 69 da Lei estadual nº 6.218/83 (alínea “c” do inciso III do art. 10 do Decreto estadual nº 1.860/2022);

IV – averbação de tempo de serviço (conforme art. 143 da Lei estadual nº 6.218/83 c/c alínea “a” do inciso IV do art. 10 do Decreto estadual nº 1.860/2022);

V – agregação de praças (conforme arts. 81 a 86 da Lei estadual nº 6.218/83 c/c inciso VI do art. 10 do Decreto estadual nº 1.860/2022);

VI – reversão de praças (conforme arts. 87 a 88 da Lei nº 6.218/83 c/c inciso VI do art. 10 do Decreto estadual nº 1.860/2022);

VII – admissão e respectiva dispensa de servidores contratados em caráter temporário, de bolsistas e de estagiários (parágrafo único do art. 3º da Lei nº 11.496/2000 c/c inciso VIII do art. 4º do Decreto estadual nº 1.860/2022); e

VIII – movimentação interna de pessoal, exceto as nomeações, exonerações ou movimentações dos oficiais do último posto, de Diretor, de Comandante de RPM ou equivalente, Batalhão ou equivalente, Companhia isolada ou Pelotão isolado, para funções acumuladas ou não, ou que importem na colocação de policiais militares à disposição de outros órgãos, que serão concedidas, exclusivamente, pelo Comandante-Geral, cujo competente Ato e a inserção dessas funções no SIGRH caberá a Diretoria de Pessoal (inciso III do art. 4º do Decreto estadual nº 1.860/2022).

Parágrafo único. Em relação ao pessoal civil da Polícia Militar (art. 4º c/c art. 10 ambos do Decreto estadual nº 1.860/2022):

a) designar comissão de sindicância (item 1 da alínea “a” do inciso II do art. 4º do Decreto estadual nº 1.860/2022);

b) designar comissão de processo administrativo disciplinar (item 2 da alínea “a” do inciso II do art. 4º do Decreto estadual nº 1.860/2022);

c) concessão de diárias (alínea “b” do inciso V do art. 4º do Decreto nº 1.860/2022);

d) concessão de elogio funcional (alínea “c” do inciso V do art. 4º do Decreto nº 1.860/2022);

e) concessão de licença repouso à gestante, licença paternidade, licença adoção, e salário-maternidade após o nascimento (itens 1 a 4 da alínea “d” do inciso V do art. 4º do Decreto estadual nº 1.860/2022);

f) concessão de licença-prêmio, luto e núpcias (itens 5, 7 e 8 da alínea “d” do inciso V do art. 4º do Decreto estadual nº 1.860/2022);

g) licença para prestar serviço militar obrigatório (item 6 da alínea “d” do inciso V do art. 4º do Decreto estadual nº 1.860/2022);

h) declaração de estabilidade no cargo efetivo após o término do estágio probatório (inciso VI do art. 4º do Decreto estadual nº 1.860/2022);

i) aplicação de penas disciplinares, exceto demissão de servidores estáveis e cassação de disponibilidade e aposentadoria (inciso VII do art. 4º do Decreto estadual nº 1.860/2022);

j) concessão de férias (alínea “a”, inciso V do art. 4º do Decreto estadual nº 1.860/2022); e

k) movimentação interna de pessoal (inciso III do art. 4º do Decreto estadual nº 1.860/2022).

Art. 4º Fica delegada ao Chefe da DP6/CVC, a competência para movimentar, para fins de efetivação da folha pagamento da PMSC, a conta corrente nº 300.024-9, agência nº 3582-3, do Banco do Brasil, em conformidade com o teor do art. 116 e 139, §2º ambos da Lei complementar estadual nº 741/2019).

Art. 5º Ficam subdelegadas as competências ao Diretor de Apoio Logístico e Finanças, para proferir despachos finais em processos relativos a:

I - assinatura de convênios com municípios relativos à prestação de serviços de radiopatrulha, trânsito e outras atividades consideradas por lei de competência da PMSC (inciso XI do art. 10 do Decreto estadual nº 1.860/2022);

II – assinatura de contratos, convênios, acordos e demais atos congêneres de que o Estado participe, que não ultrapassem a esfera da gestão interna da PMSC e, em consonância com as matérias indicadas no parágrafo único do art. 45-B da Lei Complementar nº 741, de 12 de junho de 2019, que não exijam a assinatura do Governador do Estado (alíneas “a” e “b” do inciso XII do art. 10 do Decreto estadual nº 1.860/2022); e

III – concessão de diárias (alínea “b” do inciso V do art. 4º do Decreto estadual nº 1.860/2022).

Art. 6º Fica delegada a competência ao Diretor de Apoio Logístico e Financeiro para realizar a execução financeira das despesas das unidades gestoras vinculadas à PMSC (com base nos arts. 116 e 139, §2º ambos da Lei complementar estadual nº 741/2019), nos seguintes termos:

I - Homologar os inquéritos técnicos sobre bens materiais, que exijam tal procedimento (art. 3º do Decreto estadual nº 4.953/1994);

II – Para, separadamente, assinar:

a) Balancetes;

b) Balanço geral;

c) Relatório resumo de viagem;

d) Autorização de abertura e homologação licitatória;

e) Homologação e ratificação de dispensa e inexigibilidade de licitação;

f) Reconhecimento de dívidas;

g) Autorização de fornecimentos e de serviços; e

h) Ordenar, fiscalizar e impugnar despesas públicas.

III - Para, e em conjunto com o tesoureiro-geral da PMSC, assinarem:

a) Notas de Empenho;

b) Estornos de empenhos;

c) Ordens bancárias de pagamentos de despesas, transferências ou restituição de valores;

d) Abertura e encerramento de contas correntes vinculadas às unidades gestoras da PMSC; e

e) Autorização para acesso na internet a saldos e extratos bancários.

Art. 7º Fica subdelegada a competência ao Diretor da Academia de Polícia Militar da Trindade para designar professores das diretorias ligadas ao ensino, formação e capacitação profissional e respectiva dispensa (parágrafo único do art. 3º da Lei estadual nº 11.496/2000 c/c inciso VIII do art. 4º do Decreto estadual nº 1.860/2022).

Art. 8º Ficam subdelegadas as competências aos Comandantes Regionais ou equivalentes para:

I – proferir despachos finais nos casos de movimentação de oficiais (não comandantes destacados) em que as OPM de origem e de destino sejam subordinadas ao respectivo Comando Regional ou equivalente e desde que seja por interesse próprio e sem direito